

**Surdos e deficientes auditivos numa perspectiva cultural – uma “divisão” social<sup>1</sup>**  
**Deaf and hearing impaired people from a cultural perspective - a social “division”**  
**Personas sordas y con discapacidad auditiva desde una perspectiva cultural: una**  
**"división" social**

Recebido: 04/09/2020 | Revisado: 13/09/2020 | Aceito: 16/09/2020 | Publicado: 19/09/2020

**Mariana de Souza Caetano**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5170-0395>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Brasil

E-mail: [marianasouza.fono@gmail.com](mailto:marianasouza.fono@gmail.com)

**Antonio Cavalcante de Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8479-3236>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: [antonio.cavalcante@ifce.edu.br](mailto:antonio.cavalcante@ifce.edu.br)

## **Resumo**

Com base em estudos culturais, este artigo teve a intenção de problematizar as posições, com ênfase na cultura surda, que levam as dicotomias classificatórias: cultura surda/cultura ouvinte; identidade surda/ouvintismo; surdo/deficiente auditivo, direcionadas às pessoas com surdez, binarismos classificatórios que tem revelado uma luta de poderes e saberes nesse campo. Através de pesquisa de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa e sustentada no método dialético, as discussões tiveram como principais referências os estudos surdos que permeiam as discussões identitárias e culturais da pessoa com surdez e contribuições de autores clássicos como Lévi-Strauss (1996), Hall (2002), Geertz (2008) e Cuche (2002). As análises proporcionaram discussões ideológicas entre a surdez, linguagem, cultura e identidades e o posicionamento de diferentes estudos frente aos conceitos de cultura e identidade. Revelaram diferentes pontos de vista e confirmam que o problema de conflitos entre culturas é antigo e tem sido enfrentado e resolvido comumente valendo-se de perspectivas etnocêntricas, demonstrando a necessidade de cultivar uma postura intercultural,

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultante do trabalho de conclusão da disciplina de Antropologia Cultural do Programa de Mestrado em Educação do Instituto Federal Catarinense, *campus* Camboriú -SC (PPGE/IFC).

na possibilidade de sensibilização humana para o respeito às diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule.

**Palavras-chave:** Cultura; Identidades; Surdo; Deficiente auditivo.

### **Abstract**

Based on cultural studies, this article was intended to problematize positions, with an emphasis on deaf culture, which lead to classificatory dichotomies: deaf culture / listening culture; deaf identity / listening; deaf / hearing impaired, aimed at people with deafness, classificatory binarisms that have revealed a struggle for power and knowledge in this field. Through bibliographic research, with a qualitative approach and sustained in the dialectical method, as if they had as main references the deaf studies that permeate the identity and cultural inducements of the person with deafness and contributions from classic authors, such as Lévi-Strauss (1996), Hall (2002), Geertz (2008) and Cucho (2002). The analyzes provided an ideological discussion between deafness, language, culture and identities and the positioning of different studies in relation to the concepts of culture and identity. They revealed different points of view and confirmation that the problem of conflicts between cultures is old and has been commonly faced and resolved using ethnocentric perspectives, demonstrating the need to cultivate an intercultural stance, in the possibility of human awareness to respect differences and to integrate them into a unit that does not cancel them.

**Keywords:** Culture; Identities; Deaf; Hearing impaired.

### **Resumen**

A partir de estudios culturales, este artículo pretendía problematizar posiciones, con énfasis en la cultura sorda, que conducen a dicotomías clasificatorias: cultura sorda/cultura escucha; identidad/escucha de sordos; sordos/deficientes auditivos, dirigido a personas con sordera, binarismos clasificatorios que han revelado una lucha por el poder y el conocimiento en este campo. A través de la investigación bibliográfica, con un enfoque cualitativo y sostenido en el método dialéctico, las discusiones tuvieron como principales referentes los estudios sobre sordos que impregnan la identidad y las discusiones culturales de la persona con sordera y aportes de autores clásicos como Lévi-Strauss (1996), Hall (2002), Geertz (2008) y Cucho (2002). Los análisis proporcionaron discusiones ideológicas entre sordera, lengua, cultura e identidades y el posicionamiento de diferentes estudios sobre los conceptos de cultura e identidad. Revelaron diferentes puntos de vista y confirman que el problema de los conflictos entre culturas es antiguo y ha sido comúnmente enfrentado y resuelto desde perspectivas

etnocéntricas, demonstrando la necesidad de cultivar una postura intercultural, en la posibilidad de la conciencia humana por el respeto a las diferencias y de integrarlos en una unidad que no los deshaga.

**Palabras clave:** Cultura; Identidades; Sordo; Con discapacidad auditiva.

## 1. Introdução

Este estudo pretende levantar algumas discussões de bases culturais, com ênfase na cultura surda, frente as dicotomias classificatórias: cultura surda/cultura ouvinte, identidade surda/ouvintismo, surdo/deficiente auditivo, direcionadas às pessoas com surdez, binarismos classificatórios que tem revelado uma luta de poderes e saberes nesse campo. A surdez na concepção antropológica é reconhecida culturalmente como uma diferença, a qual, segundo Skliar (2012), é definida como uma diferenciação política, construída histórica e socialmente, decorrentes de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber entre a comunidade surda e ouvinte.

Na década de 60, conceitos como identidade e cultura passaram por processos de transformações por conta de mudanças de paradigmas: revoluções, diásporas e guerras. Com isso, surgem os estudos culturais propondo investigar as diversas culturas minoritárias (contra hegemônicas), para além de uma concepção elitista de cultura. Os aspectos culturais dos movimentos políticos e sociais ganham vez no discurso acadêmico e sob o aporte desses estudos culturais, encontra-se o grupo de estudos surdos considerados como grupo de minoria linguística (Monteiro, 2014).

Na década de 70, ascendeu o modelo cultural da surdez, conhecido como modelo sócioantropológico. Nesse contexto nasceu uma área de estudos intitulada de “Estudos Surdos” que se dedicou a pensar os conceitos de identidade, cultura, poder e linguagem (Bisol & Sperb, 2010). O modelo sócioantropológico propõe que a surdez seja vista como uma diferença cultural com o princípio análogo a de outras minorias étnicas e linguísticas.

A identidade surda é uma construção vinculada ao uso da língua de sinais e das representações da cultura surda, a qual se refere ao compartilhamento de normas, valores e comportamentos, (Strobel, 2009). Assumir a existência de uma "cultura surda", implica em assumir uma separação da cultura ouvinte, e a negação de toda a forma de imposição dessa cultura aos surdos, denominada de ouvintismo, implicando em uma “di-visão” social, (Santana & Bergamo, 2005).

No entanto, a coletividade surda apresenta uma diversidade constituída por

características culturais e linguísticas diferentes, sendo essas: os surdos oralizados; surdos usuários de língua de sinais; surdos bilíngues (língua de sinais e Língua Portuguesa escrita); surdos bimodais (Língua de Sinais e Oralidade), refletindo diferentes posições que as pessoas com surdez têm de tomar diante da ausência ou diminuição da acuidade auditiva. Essa realidade mostra que não há uma homogeneidade no processo de educação dessas pessoas, pois há diferentes meios escolhidos para solucionar a dificuldade de comunicação, decorrente da diminuição ou ausência da acuidade auditiva.

As vertentes de bases biológicas classificam as pessoas com surdez como “deficiente auditivo”, buscam a “normalidade” através das tecnologias para estimulação auditiva e oral. Em contrapartida as bases sustentadas pelas ciências humanas enxergam o surdo como “diferente”, rejeitam a definição deficiente auditivo e assumem o termo surdo, ou ainda, “Surdo” (com “S” maiúsculo), defendem a língua de sinais como sendo a sua língua, um processo natural e conseqüentemente normal. As vertentes filosóficas de educação de surdos se diferenciam por questões linguísticas, sociais e culturais. (Santana, 2007).

A visão dominante dos surdos pertencentes à cultura surda é de uma dicotomia de pessoas ouvintes e surdas, que segundo Garcia (2009), é determinante para a construção de uma comunidade de surdos unida, autoconsciente e orgulhosa. Os surdos só são surdos longe da experiência auditiva (Skliar, 2012).

Essas vertentes buscam soluções diferentes e antagônicas para tentar solucionar a comunicação do surdo, consideradas um embate que têm como base a legitimação da decisão sobre o que é ser “normal”, ambas, disponibilizando os mecanismos apropriados para transformar a “anormalidade em normalidade”. Para Santana (2007), essas posições não são vistas como ideologicamente neutras, pois geram conflitos e pressões sociais enfrentados pelas pessoas com surdez em geral, relacionadas às dicotomias como: deficiência/diferença; cultura surda/cultura ouvinte; normalidade/anormalidade; linguagem oral/língua de sinais.

## **2. Metodologia**

Considerando os pressupostos abordados, buscou-se através de pesquisa de cunho bibliográfico, um enfoque nos estudos culturais que permeiam as discussões identitárias e culturais da pessoa com surdez. Através de uma abordagem qualitativa e sustentada no método dialético, as discussões tiveram como principais referências os estudos surdos e as contribuições de autores clássicos como Lévi-Strauss (1996), Hall (2002), Geertz (2008), Cucho (2002).

Os contextos que permeiam os diferentes conceitos, olhares e manifestações culturais e identitárias que incidem na dicotomia classificatória surdo/deficiente auditivo, são muitas vezes caracterizados por discursos carregados de valores etnocêntricos e preconceitos velados, refletindo os diferentes olhares que determinaram e determinam saberes e valores às pessoas com surdez no decorrer da história. Nesse sentido o método dialético sustenta o viés desta pesquisa ao afirmar que [...] “os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social; as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções” (Pereira, et al., 2018, p. 28).

Para melhor entender como e em que medida as culturas humanas diferem entre si, se estas diferenças se anulam ou contradizem, ou se concorrem para formar um conjunto harmonioso, Lévi-Strauss (1996) salienta que é necessário traçar o seu inventário, buscando resgatar o arquivo das “coisas” e fatos da história.

Assim, antes de discorrer sobre as dicotomias classificatórias, fez-se necessário, embora de forma breve, conhecer a trajetória histórica dos vários lugares da surdez na sociedade e sua influência na constituição dos valores da cultura surda.

### **3. Resultados e Discussão**

A busca pela educação ideal das pessoas com surdez percorreu uma trajetória histórica longa, marcada por movimentos de lutas sociais e linguísticas em busca de dignidade, respeito e direitos. Segundo Gesser (2009), entender um pouco desse processo explica o porquê das relações entre a cultura surda e ouvinte serem tão cheias de tensões. Por isso, inicialmente serão abordados sucintamente alguns pontos das diversas marcas deixadas pela história.

Na antiguidade, devido à ausência de fala, os surdos eram vistos pela sociedade de formas variadas: com piedade e compaixão, pessoas castigadas pelos deuses ou enfeitiçadas. A crença de que os surdos eram primitivos, seres não pensantes e sem capacidade de aprender e ser educado, foi um fardo que levaram por muitos anos (Goldfeld, 2002).

No século XVI, um médico filósofo chamado Cardano, descobriu nos seus experimentos e estudos com surdos, que podia ensiná-los a ouvir pela leitura e a falar pela escrita. Seu conceito de que entender ideias não dependia da palavra foi revolucionário para a época.

Iniciaram-se assim alguns trabalhos para a educação de surdos, através de diferentes ensinamentos voltados para aprender a falar, ler e escrever. No século XVIII, o abade francês

Charles Michel de L'Épée teve grande sucesso na educação formal de duas crianças surdas. Seu trabalho baseava-se na utilização de sinais, em um sistema que incorporava a língua falada, através de “Sinais Metódicos”. Devido ao êxito, L'Épée funda a primeira escola pública para surdos com abordagem gestualista, o “Instituto de Surdos e Mudos de Paris”.

Com a divulgação mundial do seu trabalho, criou-se uma nova ordem. Surgiram escolas para surdos, mantidas por professores surdos, contribuindo assim para uma atividade emancipatória deste grupo. No Brasil, sob a influência de L'Épée, foi fundada em 1857 no Rio de Janeiro, a primeira escola para surdos denominada de Imperial Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, com uma metodologia baseada em Língua de Sinais.

No entanto, iniciou-se uma oposição aos trabalhos de L'Épée com a influência de muitos especialistas defensores do oralismo, os quais defendiam que os surdos deveriam falar e ler os lábios. Em 1880, após um Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, com grande influência de oralistas, na maioria médicos e terapeutas, o uso da língua de sinais é abolido das escolas e o oralismo passa a ser imposto. No Brasil adotou-se o mesmo padrão.

Atitudes radicais de ouvintes em relação aos surdos proibiram completamente o uso da língua de sinais e forçaram o surdo a aprender a falar, submetendo-os à castigos corporais, dentre esses, terem suas mãos amarradas dentro das salas de aula. (Padden & Humphries, 1988 como citado em Gesser, 2009, p. 25).

Essa imposição gerou muitas revoltas nos surdos adeptos à língua de sinais e impulsionou o movimento dos mesmos em busca do resgate e do respeito a sua língua. Somente na década de 60, houve um reconhecimento linguístico da língua de sinais. E, recentemente no Brasil, teve-se uma grande conquista, com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais – reconhecida pela Lei 10436 em 24 de abril de 2002.

Hoje no Brasil, existem três abordagens filosóficas na educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Segundo Goldfeld (2002), as diferentes abordagens causam muitas divergências e conflitos entre os profissionais que a seguem, sendo essas:

- O oralismo, no qual a língua oral deve ser a única forma de comunicação do surdo, é através da estimulação auditiva que se dá condições de aprendizagem da língua oral pelo deficiente auditivo.
- O bilinguismo, onde o surdo deve adquirir como língua materna a língua de sinais (língua natural dos surdos, portanto, processo normal) e como segunda língua, a Língua Portuguesa na modalidade escrita, não se almeja uma vida semelhante ao ouvinte, os surdos formam uma comunidade com cultura e língua próprias.

- O bimodalismo, o qual é a forma de comunicação da filosofia da Comunicação Total, defende o uso da língua de sinais, da língua oral, do português sinalizado e da língua portuguesa escrita. A comunicação total privilegia a comunicação e a interação entre surdos e surdos e ouvintes e não apenas a língua. Outra característica, é a valorização da família da criança surda, onde cabe a essa o papel de compartilhar seus valores e significados pela comunicação, cabe a ela e não ao profissional decidir qual a forma de educação que seu filho terá.

A comunidade surda se identifica essencialmente pela língua que usa, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e pelas representações da cultura surda, determinante no efeito unificador, que permitem a coesão grupal dessa comunidade, (Behares, 2009).

Sustentada pelas ciências humanas, a comunidade surda se contrapõe ao ponto de vista médico, salienta que não é o traço de não ouvir que define a surdez, mas sim a língua de sinais. A deficiência é vista como uma denominação que historicamente não tem pertencido aos surdos, portanto não se denominam “deficientes auditivos” e sim “surdos” e para falar de surdez usam termos relacionados com a sua língua, passado e comunidade (Gesser, 2009).

Para a cultura surda, quando surdo faz uso da oralidade, ele apresenta traços de subordinação ao ouvintismo. Nessa interpretação o surdo está obrigado a narrar-se como se fosse ouvinte. A oralidade no surdo é uma marca do ser deficiente, do não ser surdo e do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais do ouvintismo (Skliar, 2012).

Assim, considerar a língua de sinais a língua natural do surdo, é compreender que a fonte de processamento e expressão da comunicação se dá pela fonte visuomotora, pois não se trata de um ouvinte, outorgando assim, um padrão de normalidade, ou seja, a língua de sinais legitima o surdo como “sujeito da linguagem”, e é capaz de transformar a “anormalidade em diferença” (Santana, 2007).

Os autores Bueno (1998); Santana & Bergamo (2005), ressaltam que os valores e ideais da Cultura Surda despertam algumas indagações e oposições, onde a legitimidade desta noção de cultura é objeto de críticas porque muitos aspectos da cultura surda se apresentam mais como um sistema derivado da cultura dos ouvintes do que como uma cultura realmente original e autônoma.

O termo cultura surda tem como referência essencial o traço linguístico, constituído pela língua de sinais, bem como as estratégias sociais e os mecanismos compensatórios que os surdos realizam para agir no/sobre o mundo, como a campanha que aciona a luz, o

despertador que vibra, o tipo de piada, as expressões teatrais, e outras mais, sendo, portanto, uma cultura de adaptação à diferença e produtora de elo social (Santana & Bergamo, 2005).

Nesse viés, remetendo-se aos estudos culturais de Lévi-Strauss (1996), em uma de suas explanações indaga sobre o que devemos entender por culturas diferentes, argumentando que algumas parecem sê-lo, mas, se emergem de um tronco em comum, não diferem da mesma forma que duas sociedades que em nenhum momento do seu desenvolvimento mantiveram quaisquer relações. Ainda para o autor, nas sociedades humanas manifestam-se forças que atuam em direções opostas, umas tendendo para a manutenção e acentuação dos particularismos, outras agindo no sentido da convergência e da afinidade.

Uma coletividade pode perfeitamente funcionar admitindo em seu seio uma certa pluralidade cultural. O que cria a sedimentação, a divisão entre os demais é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais são marcadores de sua identidade específica. Grupos muito próximos culturalmente podem se considerar completamente estranhos uns em relação aos outros e até totalmente hostis, opondo-se sobre um elemento isolado do conjunto cultural. No entanto, as relações e interações entre diferentes grupos etno-culturais não levam necessariamente ao desaparecimento progressivo das diferenças culturais, ao contrário, estas relações são organizadas para manter a diferença cultural (Barth, 1969 como citado em Cuche, 1999, p.201).

O antropólogo e sociólogo Cuche (1999), define que cultura é uma produção histórica que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si. Para analisar um sistema cultural é necessário entender a situação sociohistórica que o transformou no que é. Ainda, há o jogo de distinção que produz as diferenças culturais, as culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais. Cada coletividade, no interior da sua condição, pode ter a tentação de defender sua especificidade, fazendo um esforço através de diversos artifícios para convencer (e se convencer) que seu modelo cultural é original e lhe pertence.

O multiculturalismo considera que cada povo e cada grupo social desenvolve historicamente uma identidade e cultura próprias, sendo válidas em si mesmas na medida em que correspondem às necessidades e às opções de uma coletividade, ao enfatizar a historicidade e o relativismo inerentes à construção de identidades culturais, o multiculturalismo possibilita pensar alternativas para uma minoria. No entanto, pode justificar a fragmentação ou a criação de guetos culturais, que reproduzem desigualdades e discriminações sociais (Fleuri, 2001).

Observa-se que na coletividade surda, formada por variações de modalidades de língua, como os surdos orais, bimodais e bilíngues, se enfatiza o que eles têm de diferente e nunca o que eles têm em comum, gerando a possibilidade de segregação de pessoas com a mesma condição, mas com particularidades distintas (Santana & Bergamo, 2005).

### **3.1 A identidade Surda - Construção vinculada ao uso da língua de sinais e das representações da cultura surda**

O conceito de cultura obteve um grande sucesso fora do círculo das ciências sociais, e tem frequentemente associado a ele o conceito de "identidade", sendo considerada por alguns analistas um modismo. Essa recente moda relacionada às identidades é uma extensão do fenômeno do enaltecimento das diferenças que ascendeu na década de setenta, o qual repercutiu em tendências ideológicas muito diversas, a questão da identidade cultural remete a uma esfera mais abrangente, a identidade social, resultante das diversas interações entre o indivíduo e o sistema social, diz respeito também a um grupo, permitindo situar-se no conjunto social (Cuche, 1999).

Ainda, segundo Cuche (1999), identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo que são idênticos sob um certo ponto de vista e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Neste viés, a identidade cultural pode aparecer como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

A identidade surda, segundo os argumentos dos defensores da língua de sinais, só pode ser adquirida mediante a aquisição, em qualquer idade, da língua "natural" do surdo, no caso a língua de sinais, já que ele não é ouvinte (Moura, 2000; Perlin, 1998; Strobel, 2009). Para Perlin (2012), o encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda. Para essa autora a presença dos surdos na cultura ouvinte é um caso em que a identidade é reprimida, subordinada a uma cultura dominante.

Nos Estudos Surdos Doziart (2009), Perlin (2012), Skliar (2012) e Thoma (2002), identidade é conceituada como não estática ou permanente, não é algo pronto e acabado. A identidade é algo em questão, em construção, que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento. Ela empurra o sujeito em diferentes direções.

Perlin (2012), afirma que as identidades surdas são heterogêneas e recebem classificações, dentre elas: identidades surdas (surdos que fazem uso da comunicação visual e se identificam com a cultura surda); identidades surdas híbridas (nascem ouvinte e

posteriormente ser surdo. Sua identidade vai ao encontro das identidades surdas); identidades surdas de transição (transição da identidade ouvinte para a identidade surda); identidade surda incompleta (surdos que vivem sob a ideologia ouvintista e negam a identidade surda) e identidades flutuantes (surdos “conscientes”, mas vítimas da ideologia ouvinte).

Em contrapartida, Dorziat (2009) pontua que é impossível enquadrar as pessoas surdas em classificações de identidades, visto que identidade é mutável e está em constantes transformações. Para essa autora, bem como para Skliar (2012), o mais importante é reconhecer a identidade surda como uma identidade política, construir uma consciência da “diferença”, levando em conta o conhecimento da história da política surda, assumindo uma postura de defesa, luta e busca. Nesse sentido, para eles, a identidade surda se torna homogênea pela ideologia e heterogênea e em constante transformações nas experiências sociais.

Segundo Cucho (1999), há uma estreita relação entre a concepção que se faz de cultura e a de identidade cultural, com base em uma concepção objetivista de identidade cultural, tem-se a teoria que concebe a cultura como uma herança biológica e define identidade cultural como uma marca genética, portanto preexistente, remetendo o indivíduo ao grupo original de vinculação, não assumir esta identidade seria correr o risco de se tornar um marginal, um desenraizado. A segunda teoria, que enfatiza a herança cultural é ligada à socialização do indivíduo no seu grupo cultural, induz o indivíduo a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, até o ponto de se identificar com seu grupo de origem. Ambas, reduzem a identidade cultural a uma dimensão atributiva, recebida e estável.

A terceira teoria, contrariando a dimensão atributiva de identidade cultural, a concepção subjetivista, defende a identidade como uma escolha individual arbitrária, onde cada um seria livre para escolher suas identificações, ela é transitória, não é estável e predefinida. Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais.

Ao considerar a teoria de concepção subjetiva no processo de construção das identidades que acontece no interior das relações sociais, chama-se atenção para as interações entre surdos e ouvintes já que fazem parte de uma mesma sociedade, nesse sentido indaga-se o atributo da língua de sinais como sendo o fator determinante na construção da identidade surda. Ao retomar a fala de Skliar (2012) ao citar que o mais importante é reconhecê-la como uma identidade política, assumindo uma defesa de luta e defesa, chama-se atenção à necessidade de referência ao passado com o intuito de impor memórias, valores e padrões de comportamento na vida das pessoas. O evitar marcas da cultura ouvinte é para o autor, uma

necessidade de afirmar a identidade do surdo e não perder sua capacidade de ser sujeito surdo, sugere que a cultura surda não se misture à ouvinte, para romper o status (oculto socialmente) imposto pelo ouvintismo, de que o surdo tem que ser um ouvinte.

O autor Hall (2006) reconhece as identidades culturais como aquela que faz parte do nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e acima de tudo, nacionais. Distingue três concepções históricas sobre identidades: a do sujeito do iluminismo onde a identidade era o centro do indivíduo, nascia com o sujeito e permanecia idêntica ao longo da sua existência; a do sujeito sociológico em que a identidade era construída na interação do “eu” com a sociedade, o sujeito possui um “eu real” que é modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores”.

Essa mudança entre uma identidade fixa e estável a uma identidade que passa a unificar a relação do “eu real” e o mundo social, segundo Hall, fez com que surgisse a concepção da identidade do sujeito pós-moderno, a qual deixa de ser estável e unificada para ser fragmentada, e composta de várias identidades, passa a ser formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, sofrendo contínuos deslocamentos; para ele a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

A pluralização das identidades ou a fragmentação, como acima mencionadas, geram algumas consequências políticas como: as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classes, não sendo mais uma categoria mobilizadora; as paisagens políticas são fraturadas por identificações rivais e deslocantes advindas do desgaste da “identidade mestra” da classe e da emergência de novas identidades decorrentes dos novos movimentos sociais; a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação pode ser ganha ou perdida, a identidade tornou-se politizada, a política da diferença (Hall, 2006).

Considerando que o processo de construção de identidade está vinculado à dimensão da pluralidade de experiências do sujeito nas relações das mais diversas esferas sociais, a língua por si só não deveria ser um fator determinante da identidade do sujeito, nesse caso, responsável por cindir a coletividade surda entre pessoas com surdez com identidade surda, portanto, diferentes/normais e pessoas com surdez com identidade ouvinte (reprimida), logo deficientes. É necessário atentar-se para a não segregação, e não desprezar que é inegável que o traço da surdez é o que a coletividade tem em comum, devendo-se exaltá-la independente da identidade cultural, pois todos, oralizando e/ou sinalizando, ainda precisam lutar para eliminar as barreiras de comunicação.

O processo de classificação carrega em si o ato de comparar, manifestando como efeito a sedimentação entre pessoas ou grupos através de um referencial de “tipo ideal” determinado por um grupo dominante. O afastamento desse ideal caracterizaria a diferença significativa, o desvio e a anormalidade, um protótipo construído ideologicamente (Amaral, 1998).

#### **4. Considerações Finais**

O discurso de estudiosos e defensores da cultura surda ao afastar todo e qualquer vestígio da cultura ouvinte, e ao designar ao surdo oralizado, o lugar de deficiente, dominado pelo poder de uma cultura ouvinte majoritária, demonstra representar as forças de resistências às marcas de um passado histórico longo que foi tomado pela negação de sua língua e a imposição de práticas reabilitativas e normalizadoras. No entanto, esse discurso pode levar a um entendimento de que à pessoa com surdez, cabe o lugar de quem precisa escolher em “estar ao lado deles ou contra”, segundo Santana & Bergamo (2005), sustentar esse discurso pressupõe em alimentar as diferenças e conseqüentemente uma dicotomia entre a diversidade linguística que compõe a coletividade surda, bem como entre os “Surdos” e ouvintes.

A cultura não é uma herança que se transmite imutável de geração em geração como uma herança genética, ela é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si, nesse viés, nascer com surdez numa sociedade também formada por ouvintes, ou seja, em um mesmo universo social, implica em estar em contato com valores e normas dessa sociedade, afinal compartilham de uma cultura que vai além de uma língua, onde a construção de uma identidade se constitui nas relações sociais que transitam em um universo cultural composto por surdos e ouvintes, portanto entende-se que cultura surda e ouvinte não devem ser tomadas como opostas e excludentes, como se para se constituir Surdo fosse necessário negar a cultura ouvinte.

Para Klein & Lunardi (2006), essa manifestação de resistências como forma de afirmação de culturas surdas, têm se demonstrado, na maioria das vezes, como uma cristalização de um ideal de “ser surdo”, subjetivado por uma condição que traz o uso da Língua de Sinais como uma marca autêntica da cultura surda, assim há necessidade de um descentramento da língua sinais como única expressão autêntica dessa cultura, evitando cristalizar a surdez a partir de um “único” recorte cultural. As culturas e as identidades não são fixas, se fragilizam e se hibridizam no contato com o outro, seja ele, surdo ou ouvinte.

A complexidade que caracteriza as várias formas de vivenciar a surdez presentes na sociedade se traduz no rompimento de uma visão dualista, nesse sentido não é possível categorizá-las ou enquadrá-las em um protótipo de idealização, pois sustenta-se uma visão de indivíduo, enquanto pessoa constituída de singularidades e subjetividades. As discussões levantadas nesse estudo não têm a pretensão de contestar os estudos surdos e as lutas em busca dos seus direitos linguísticos, mas sim de problematizar questões que incidem em uma visão dualista sob as diferentes condições de ser surdo.

As escolhas das estratégias para eliminar as barreiras de comunicação e aprendizagem devem ser respeitadas dentro dessa coletividade, evitando-se a homogeneização e a segregação, nesse sentido, corroboro com Nascimento & Moura (2018, p.16) quando dizem que “ no século XXI, na era da afirmação das diferenças, os Surdos podem ser o que quiserem pela língua que escolherem se comunicar. A escolha é deles”. Segundo Bisol & Sperb (2010), se é a singularidade do sujeito em sua constituição que está em jogo, não existe resposta sobre o ideal ou o melhor modelo educacional ou de comunicação a ser adotado pela pessoa com surdez.

Nossos valores, ideias, emoções, atos, são como nosso próprio sistema nervoso, produtos manufaturados, produtos culturais a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos, dependem da acessibilidade e estruturas simbólicas públicas para construir seus próprios padrões de atividade autônoma e contínua (Geertz, 2008).

O problema de conflitos entre culturas é antigo e tem sido enfrentado e resolvido comumente valendo-se de perspectivas etnocêntricas, que pretendem impor seu ponto de vista como o único verdadeiro, é necessário cultivar uma postura social apoiada numa perspectiva intercultural, na possibilidade de sensibilização humana para o respeito às diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule (Fleury, 2003).

Faz-se necessário mencionar aqui, que se entende e acredita-se na premissa de que é fundamental ver e entender a linguagem para além do ato fisiológico, mas sim, como meio de possibilitar que a pessoa com surdez se constitua como sujeito na/da linguagem, esse processo subjetivo é próprio de cada ser humana, advém da sua gama de experiências interativas que irá propiciar sua autonomia comunicativa, seja através de língua de sinais ou da oralidade, nesse sentido é preciso permitir a comunicação, independentemente da modalidade e acima de qualquer ideologia.

Por fim, saliento a importância de mais estudos na área da surdez que alcancem proporções de entendimentos que ultrapassem e eliminem posições radicais e etnocêntricas frente às diferentes identidades linguísticas e culturais encontradas no universo coletivo de

peças com surdez, as quais tem resultado em embates de saberes e poderes frente ao que seria considerado o "ideal" à pessoa com surdez. Segundo Lopes (2007), um discurso contra hegemônico se faz necessário, no sentido de mostrar que o enfrentamento aos problemas por meio de processos dialógicos e reivindicatórios pode ser o caminho para a conquista de espaços sociais e para o enfrentamento dos preconceitos em face da surdez e do próprio surdo.

## Referências

Amaral, A. L. (1998). *Sobre crocodilos e avestruzes – falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação*. In: Itani, A., Gomess, L. A., Amaral, A. L., & Aquino, G. J. (Org). São Paulo: Summus.

Behares, E. L. (2009). Línguas e Identificações: As crianças surdas entre o "sim" e o "não". In. Skliar, C. (Org). *Atualidade de educação bilíngue para surdos: interface entre pedagogia e linguística*. Porto Alegre: Mediação.

Bisol, C., & Sperb, T. M. (2010). Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 07-13. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100002>

Bueno, J. G. S. (1998). Surdez, linguagem e cultura. *Cadernos CEDES*, 19(46), 41-56. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300005>

Cuche, D. (2002). *A noção de cultura em ciências sociais*. (2a ed.), Bauru: Edusc.

Dorziat, A. (2009). *O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão*. Petrópolis, R.J: Vozes.

Fleuri, R. M. (2003). Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, (23), 16-35. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200003>

Fleuri, R. M. (2001). Desafios à educação intercultural no Brasil. *Revista PerCursos*, 2(0). Recuperado de: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1490/pdf>

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas* (1a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Gesser, A. (2009). *Que língua é essa? – Crianças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial.

Goldfeld, M. (2002). *A Criança Surda – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista* (2a ed.). São Paulo: Plexus.

Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7a ed.). Rio de Janeiro: DP&A.

Klein, M., & Lunardi, M. L. (2008). Surdez: um território de fronteiras. *ETD - Educação Temática Digital*, 7(2), 14-23. <https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.787>

Lévi-Strauss, C. (1996). *Tristes Tópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lopes, M. C. (2007). *Surdez e educação*. Coleção Temas & Educação – Belo Horizonte: Autêntica.

Monteiro, G. M. R. (2014). *Surdez e identidade bicultural: como nos descobrimos surdos?* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17184>

Nascimento, V., & Moura, M. (2018). Habilitação, reabilitação e inclusão: o que os sujeitos Surdos pensam do trabalho fonoaudiológico? *Revista de Ciências Humanas*, 52, 1-19. doi: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2018.e49807>

Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1).

Perlin, G. T. T. (2012). Identidades surdas. In: Skliar, C. (Org.). *A Surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

Santana, A. P. (2007). *Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus,

Santana, A. P., & Bergamo, A. (2005). Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação & Sociedade*, 26(91), 565-582. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200013>

Skliar, C. (Org.). (2012). *A Surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

Skliar, C. (2001). Pluralismo x norma ideal. In: Schmidt, Sarai (org.). *A Educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A.

Strobel, k. (2009). *As imagens do outro sobre a cultura surda* (Ed. rev.). Florianópolis: ed. da UFSC.

Thoma, A. S. (2002). *O cinema e a flutuação das representações surdas – “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...”* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37838>

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Antonio Cavalcante de Ameida– 40%

Mariana de Souza Caetano – 60%